

O Banco Santander Brasil é um banco universal cuja orientação está voltada para as atividades do varejo. Buscamos expandir nossos negócios por meio de: 1) Preferência e Vinculação: produtos e serviços segmentados, simples e eficazes, que através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação de nossos clientes; 2) Recorrência e Sustentabilidade: crescimento dos negócios com maior diversificação de receitas e gestão rigorosa de risco em todos os momentos do ciclo de crédito; 3) Produtividade: intensa agenda de transformação produtiva alinhada com a transformação da indústria financeira; 4) Disciplina de Capital e Liquidez: para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.

Além disso, outro fato que merece destaque é a atuação do Santander Brasil em sustentabilidade, que segue pautada nos três pilares fundamentais: (i) Inclusão Social e Financeira, (ii) Educação e Gestão e (iii) Negócios

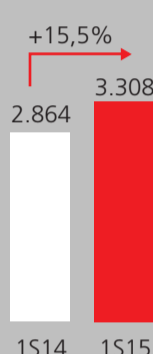
Socioambientais. No programa de Microcrédito, o Santander ocupa uma posição de destaque entre os bancos privados. Além disso, o Santander Brasil é o banco mais ativo em energia renovável do país e único banco a investir diretamente em projetos de energia eólica.

Outro aspecto importante da estratégia do Santander Brasil é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e cobertura. Ao final de junho de 2015, o índice de Basileia do Santander alcançou 18,1%, o que o posiciona como o banco mais capitalizado entre os grandes bancos de varejo no Brasil.

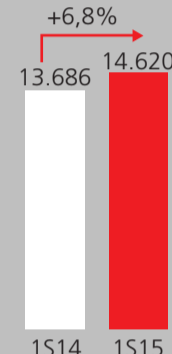
Ademais, é importante destacar que o modelo de negócios do Santander prevê que cada unidade subsidiária seja auto-suficiente em termos de funding e capital. O Santander Brasil só tem atividades comerciais com clientes brasileiros e empresas estrangeiras com atividade no país e, com isso, se propõe a participar de maneira ativa da manutenção do crescimento econômico do país.

Destaques do Período (BR GAAP)

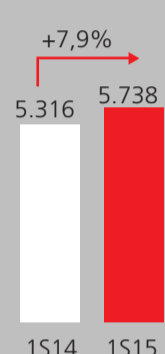
Lucro Líquido Gerencial (R\$ milhões)



Margem Financeira Bruta (R\$ milhões)



Comissões (R\$ milhões)

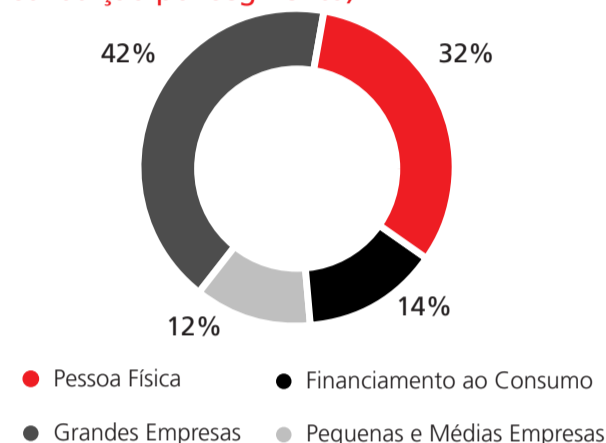


Índice de Basileia (%)



Carteira de Crédito (%) Junho/15

(Distribuição por segmento)



Análise Gerencial' BR GAAP

	6M15	6M14	Var. 6M15x6M14	2T15	1T15	Var. 2T15x1T15
RESULTADOS (R\$ milhões)						
Margem Financeira Bruta	14.620	13.686	6,8%	7.480	7.140	4,8%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	5.738	5.316	7,9%	2.910	2.828	2,9%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.450)	(4.797)	-7,2%	(2.338)	(2.112)	10,7%
Despesas Gerais ²	(8.403)	(8.006)	5,0%	(4.300)	(4.103)	4,8%
Lucro Líquido Gerencial³	3.308	2.864	15,5%	1.675	1.633	2,6%
Lucro Líquido Societário¹²	4.565	1.046	336,4%	3.881	684	467,6%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)						
Ativo total	605.290	494.200	22,5%	605.290	612.291	-1,1%
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	145.900	103.862	40,5%	145.900	131.493	11,0%
Carteira de crédito	254.402	226.299	12,4%	254.402	258.144	-1,4%
- Pessoa física	81.534	75.679	7,7%	81.534	79.819	2,1%
- Financiamento ao consumo	35.338	36.851	-4,1%	35.338	36.178	-2,3%
- Pequenas e médias empresas	31.352	31.268	0,3%	31.352	31.643	-0,9%
- Grandes empresas	106.179	82.502	28,7%	106.179	110.504	-3,9%
Carteira de crédito ampliada ⁴	321.592	279.722	15,0%	321.592	324.737	-1,0%
Captação de clientes ⁵	275.524	230.735	19,4%	275.524	260.722	5,7%
Patrimônio líquido final ^{6,12}	56.665	50.417	12,4%	56.665	51.385	10,3%

	6M15	6M14	Var. 6M15x6M14	2T15	1T15	Var. 2T15x1T15
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ^{6,11} - anualizado	12,8%	11,3%	1,5 p.p.	12,8%	12,8%	-0,1 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio excluindo ágio ^{6,11} - anualizado	1,1%	1,2%	-0,1 p.p.	1,1%	1,1%	0,0 p.p.
Índice de Eficiência ⁷	50,0%	49,4%	0,6 p.p.	50,1%	49,8%	0,3 p.p.
Índice de Recorrência ⁸	68,3%	66,4%	1,9 p.p.	67,7%	68,9%	-1,2 p.p.
Índice de Basileia ^{9,12}	18,1%	17,9%	0,2 p.p.	18,1%	16,0%	2,1 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)						
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	3,2%	4,1%	-0,9 p.p.	3,2%	3,0%	0,2 p.p.
Índice de Inadimplência (acima de 60 dias)	4,1%	5,2%	-1,0 p.p.	4,1%	3,7%	0,4 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias) ¹²	184,7%	158,5%	26,2 p.p.	184,7%	180,8%	3,9 p.p.
OUTROS DADOS						
Fundos ¹⁰ (R\$ milhões)	178.318	154.183	15,7%	178.318	167.406	6,5%
Agências	2.255	2.237	18	2.255	2.253	2
PABs	1.181	1.212	(31)	1.181	1.138	43
Caixas eletrônicos - próprios	14.338	15.858	(1.520)	14.338	14.372	(34)
Caixas eletrônicos - Rede 24 H	17.539	15.293	2.246	17.539	17.044	495
Total de Clientes (mil)	31.798	30.353	1.445	31.798	31.388	410
Funcionários	50.245	48.760	1.485	50.245	49.910	335

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito nas páginas 24 e 25.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio. Despesa de pessoal inclui PLR.

3. Lucro Líquido Gerencial corresponde ao lucro líquido societário, com a exclusão do resultado extraordinário e a reversão de 100% da despesa de amortização do ágio, ocorrida no período. A despesa de amortização do ágio foi de R\$ 1.900 milhões no 1S15, R\$ 1.818 milhões no 1S14, R\$ 951 milhões no 2T15 e R\$ 949 milhões no 1T15.

4. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de adquirência e avais e fianças).

5. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debêntures, LCA, LCI, Letras Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas.

6. Exclui 100% do saldo do ágio (líquido de amortização), que no 2T15 foi R\$ 5.067 milhões, 2T14 R\$ 7.586 milhões e 1T15 R\$ 6.018 milhões.

7. Eficiência: Despesas Gerais/(Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais).

8. Recorrência: (Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias) / Despesas gerais.

9. Índice segundo critério do Banco Central. A partir de 2015, o cálculo passou a considerar o conglomerado prudencial.

10. De acordo com o critério da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

11. Exclui o impacto do resultado extraordinário das contas de resultado e de balanço.

12. Inclui o impacto do resultado extraordinário.

Desenvolvimento Sustentável

Entre os destaques do segundo trimestre estão: I) o Programa Escola Brasil, que contou com 291 ações voluntárias realizadas por todo o Brasil, algumas com foco em Educação Financeira para escolas públicas; II) a bem sucedida auditoria do BACEN com relação à implantação da nova Política de Responsabilidade Socioambiental que está ampliando a incorporação da sustentabilidade nas análises e processos decisórios da organização; III) R\$ 45,9 milhões em negócios socioambientais, totalizando R\$ 140,8 milhões no semestre; IV) O Sustentabilidade Pra Todo Lado, que é uma ação de engajamento interno com o objetivo de avançar no tema da sustentabilidade e reforçar a percepção e o orgulho da atuação do Banco neste tema. Este ano o Banco realizou sua 4ª edição, com a participação de 10.623 funcionários.

Para mais informações acesse:

<http://www.santander.com.br/sustentabilidade>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No primeiro semestre de 2015, foram destacados dividendos no valor de R\$150 milhões, conforme quadro a seguir:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$Milhões)	Jun/15	Jun/14	Dez/14
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	690,0
Dividendos Intermediários	-	99,8	99,8
Dividendos Intercares	150,0	520,2	740,2
Total	150,0	620,0	1.530,0

Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta foi estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às recentes normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decorso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direto Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6 bilhões. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.247 bilhões, equivalente a R\$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.247 bilhões, equivalente R\$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas compoam o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 ações preferenciais para cada Unit (SANB1), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$172 milhões em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias e ações na proporção de 1,55, sendo que cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais correspondem 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente. Como resultado, cada Unit (SANB1) passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA) para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não fossem de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. ("Rothschild") para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco anunciou ao mercado que o Laudo de Avaliação elaborado por Rothschild havia sido devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014, o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta de Permuta e o Banco arquivou na SEC a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014, o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta de Permuta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com database de apuração de posição acionária para pagamento (*record date*) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha anunciou ao mercado o Resultado da Oferta de Permuta. Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu Capital Social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os ADRs representativos de Units adquiridos na Oferta de Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta de Permuta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

2.5) Índice de Basileia

As instituições financeiras são obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Próprio compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 6% e o de Capital Próprio é de 4,5%.

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentado pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pela Resolução 4.192/2013 e Resolução 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resoluções 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Próprio. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	Jun/15 ⁽¹⁾	Jun/14	Dez/14
Índice de Basileia - consolidado	18,1	17,9	17,5

⁽¹⁾ Em continuidade à adoção das regras estabelecidas pela Resolução 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução 4.280/2013; iniciando-se um novo período de comparação.

2.6) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de junho de 2015 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$Milhões)	Ativos totais	Patrimônio Líquido	Lucro líquido	Carteira de crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	63.009,9	5.299,1	274,7	2.218,9
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	30.632,8	1.512,8	265,9	26.638,7
Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A.	3.506,9	2.707,5	26,7	1.664,5
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	907,2	423,4	40,4	0,8

⁽¹⁾ Inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

3) Eventos

3.1.) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de junho de 2014, o Banco por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Banco Central, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas afiliadas para a oferta de crédito consignado no Brasil. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

b) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31 milhões, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander possui o controle desta sociedade.

c) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (Atual Denominação Social da Santander Getnet)

Em 31 de junho de 2014, foi concluída a aquisição da Getnet, anunciada em 4 de abril de 2014.

Nas AGES de 31 de agosto de 2014, os acionistas das Companhias aprovaram a incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014.

Pelo Protocolo, a Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R\$42 milhões, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em todos os seus direitos e obrigações (Incorporação). Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet são de propriedade da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A., não houve aumento do Capital Social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

A implementação da Incorporação representou uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil. As vantagens da nova estrutura são maior flexibilidade na gestão do negócio com nova abordagem comercial mais completa e aumento da alavancagem operacional com ganhos de escala.

A Incorporação se deu com base no Balanço de 31 de junho de 2014, especialmente elaborado para fins da Incorporação e as variações patrimoniais verificadas entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014, foram apropriadas pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Junho de 2014

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	272.491	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	396.205
Disponibilidades	21.720	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.574
Outros Créditos	247.388	Obrigações por Empréstimos	169.702
Outros Valores e Bens	3.383	Outras Obrigações	221.929
Ativo Permanente	166.609	Patrimônio Líquido	42.895
Investimentos	6.129		
Imobilizado	99.674		
Intangível	60.806		
Total	439.100	Total	439.100

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2015, foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br.

1) Conjuntura Econômica

No primeiro semestre de 2015, a atividade bancária do Brasil se desenvolveu em um ambiente de economia fraca e taxas de juros mais elevadas para conter a inflação e depreciação do Real frente ao Dólar.

A taxa Selic atingiu 13,75%, alta de 200 bps frente à estabelecida ao final de 2014, de 11,75%. A ação de política monetária juntamente com medidas de aperto fiscal devem ajudar a conter a inflação no próximo ano. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) alcançou 8,89% no 1º Semestre de 2015, acima do teto da meta que é 6,5%.

O mercado de trabalho iniciou um processo de deterioração nos últimos meses, com a taxa de desemprego subindo para 6,7% em maio de 2015 (último dado divulgado), ante taxa de 4,9% registrada em maio de 2014.

A carteira de crédito do sistema cresceu 10,1% no mês de maio de 2015 na comparação com maio de 2014. No primeiro trimestre, a taxa de crescimento estava em torno de 11%. Essa desaceleração entre o 2T15 (abril e maio) versus o 1T15, pode ser observada tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 16,5% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que cresceu apenas 4,7% entre maio de 2014 e maio de 2015. A carteira dos bancos públicos aumentou 15,1% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em 4,1%.

2) Desempenho

2.1) Resultados

2.1.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R\$Milhões)	variação anual %		variação no período %			
	1S15	1S14	2T15	1T15		
Receitas da Intermediação Financeira	35.321,5	27.756,3	27,26	16.083,5	19.238,0	-16,40
Despesas da Intermediação Financeira	(29.616,1)	(18.001,1)	64,52	(11.008,0)	(18.608,1)	-40,84
Resultado Bruto da Intermediação Financeira ⁽¹⁾ (2)	5.705,4	9.755,2	-41,51	5.075,5	629,9	705,76
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽³⁾ (4)	(1.179,9)	(6.877,6)	-82,84	2.321,1	(3.501,0)	-166,30
Resultado Operacional	4.525,5	2.877,6	57,27	7.396,6	(2.871,1)	-357,62
Resultado não Operacional	117,2	45,4	158,15	38,9	78,3	-50,32
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro (Prejuízo) e Participações	4.642,7	2.923,0	58,83	7.435,5	(2.792,8)	-366,24
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽⁵⁾ (6)	523,3	(1.240,9)	-142,17	(3.276,5)	3.799,8	-186,23
Participações no Lucro	(532,5)	(552,8)	-3,67	(268,8)	(263,7)	1,93
Participações dos Acionistas Minoritários	(68,7)	(83,4)	-17,63	(9,2)	(59,5)	-84,54
LUCRO LÍQUIDO	4.564,8	1.045,9	336,45	3.881,0	683,8	467,56

O Banco Santander apresentou no período findo em 30 de junho de 2015, um aumento de 336,5% em seu resultado. Excluindo o impacto da despesa com amortização de ágio de R\$1.899,9 para o primeiro semestre de 2015 e R\$1.818,5 em 2014, o lucro líquido consolidado é de R\$6.464,7 milhões em 2015 e R\$2.864,4 milhões em 2014.

O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio aumentaram em 4,8% em 2015, na comparação com junho de 2014, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro aumentaram 7,8% e as outras despesas administrativas aumentaram 2,7%, ambas na comparação interanual.

O resultado consolidado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil, que inclui as receitas de juros, variação cambial, recuperação de créditos baixados como prejuízo e outros, apresentou aumento de 41,5% na comparação interanual.

Principais variações que afetaram o resultado do período

a) Hedge dos investimentos no exterior ⁽¹⁾

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional e nas contas de Despesas Tributárias (PIS/COFINS) e Imposos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no semestre findo em 30 de Junho de 2015 resultaram em ganho de R\$5.132 milhões. Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram uma perda na conta Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos de R\$8.970 milhões. O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de Despesas Tributárias gerando um ganho fiscal de R\$417 milhões de PIS/COFINS e R\$3.421 milhões de IR/CSLL.

b) Cofins ⁽²⁾

O Banco Santander informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) negou por unanimidade, na sessão plenária de 28 de maio de 2015, seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins (Lei 9.718/98), o qual pretendia reformar anterior decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander.

Com base na decisão do STF, o Banco Santander registrou a reversão de obrigações legais no montante de R\$7.950 milhões relativas ao Cofins, nas rubricas Outras Receitas Operacionais R\$7.672 milhões e Despesas Tributárias R\$278 milhões. O efeito tributário foi registrado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$3.180 milhões.

c) Outros itens relevantes que afetaram o resultado do período ⁽³⁾

O Banco constituiu provisões, sendo que as principais foram as seguintes: perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534 milhões registrado na rubrica Outras Despesas Operacionais; de ativos na aquisição e desenvolvimento de logicas no valor de R\$363 milhões registrado na rubrica Outras Despesas Operacionais e; provisões para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no valor de R\$469 milhões, registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$Milhões)	Jun/15	Jun/14	variação anual %	Mar/15	variação no período %	Dez/14
Ativo circulante e realizável a longo prazo	591.268,7	476.749,3	24,02	596.215,8	-0,83	572.730,1
Permanente	14.020,9	17.450,7	-19,65	16.074,8	-12,78	17.226,0
TOTAL DO ATIVO	605.289,6	494.200,0	22,48	612.290,6	-1,14	589.956,1
Passivo circulante e exigível a longo prazo	541.232,7	434.864,5	24,46	553.030,2	-2,13	531.085,1
Resultados de Exercícios Futuros	418,6	335,2	24,88	408,1	2,57	408,9
Participação dos Acionistas Minoritários	1.906,3	997,5	91,11	1.449,4	31,52	1.141,4
Patrimônio Líquido	61.732,0	58.002,8	6,43	57.402,9	7,54	57.320,7
TOTAL DO PASSIVO	605.289,6	494.200,0	22,48	612.290,6	-1,14	589.956,1

Os ativos totais consolidados apresentam um crescimento de 22,4% na comparação interanual, sendo que os ativos totais estão principalmente representados por: carteira de crédito no valor de R\$254.522,6 milhões, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$145.899,7 milhões, aplicações interfinanceiras de liquidez no valor de R\$56.850,1 milhões e relações interfinanceiras no valor de R\$34.689,4 milhões. Em junho de 2014, os saldos são respectivamente: R\$226.362,7 milhões, R\$103.861,8 milhões, R\$32.501,6 milhões e R\$45.327,7 milhões.

CAPTACIONES COM CLIENTES (R\$Milhões)	Jun/15	Jun/14	variação anual %	Mar/15	variação no período %	Dez/14
Depósitos à vista	14.842	14.635	1,42	15.255	-2,70	16.049
Depósitos de poupança	36.595	35.779	2,28	37.569	-2,59	37.939
Depósitos a prazo	89.342	79.532	12,33	84.008	6,35	85.867
Debêntures/LC/LCA ⁽¹⁾	82.192	67.222	22,27	79.731	3,09	74.276
Letras Financeiras/COE ⁽²⁾	51.115	33.568	51,98	44.159	15,53	

Em 28 de maio de 2015, o Conselho de Administração: (a) Aprovou a alteração de competências e de denominação do Comitê de Remuneração e Nomeação e do Comitê de Governança e Sustentabilidade, e respectivas modificações nos Regimentos Internos dos referidos Comitês; (b) Nomeou os membros do Comitê de Remuneração, do Comitê de Governança, Nomeação e Sustentabilidade e do Comitê de Riscos, para um novo mandato; (c) Aprovou a respectiva remuneração anual para o Comitê de Remuneração, Comitê de Governança, Nomeação e Sustentabilidade e Comitê de Riscos; (d) Elegeu os membros da Diretoria Executiva para um novo mandato; e (e) Conheceu a exoneração do Sr. Carlos Alberto López Galán, Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco.

Em 29 de junho de 2015, o Conselho de Administração: (a) conheceu o Plano de Living Will; e (b) aprovou a condução do Sr. Jean Pierre Dupui, atual Diretor sem designação específica, ao cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco.

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos e sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local.

Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Mantêr-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura organizacional da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comerciais, é composta por núcleos responsáveis pelo gerenciamento do risco de crédito, (segmentada por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios), risco de mercado e riscos não financeiros.

Uma diretoria específica tem como missão consolidar os portfólios e respectivos riscos, subsidiando a direção com a visão integrada. Além dessa atribuição, também é responsável pelo atendimento aos reguladores, auditores externos e internos assim como à matriz do Grupo Santander na Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui escrutinização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, entre outros.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo departamento de pesquisa econômica. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (standardizados).

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de instrumentos, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, entre outros. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, alinhadas aos objetivos locais quanto ao nível de tolerância e predisposição ao risco.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;

• Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e

• Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia e. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A área corporativa local, denominada Riscos Não Financeiros, é responsável por implementar o modelo de gestão de Riscos Operacionais e de Controles Internos do Banco Santander. Está subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos e conta com pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a adequação do Modelo de Controle e Gestão.

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia - BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Internal Control - Integrated Framework 2013*.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2014, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, foi concluída em 30 de março de 2015 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios Anual e Social, disponíveis em: www.santander.com.br/r.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos a ser realizados pela Auditoria Interna ao longo de 2015, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2015.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo dos seis meses decorridos de 2015, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2015, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada, sendo mais de 50 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que gostam de desafios e querem ir cada vez mais longe. Através dos diversos diferenciais de se trabalhar na Organização, oferece apoio e as condições necessárias para que cada um faça seu trabalho cada vez melhor.

• **Um ambiente que incentiva cada um a fazer o melhor pelo cliente:** O Banco Santander incentiva um ambiente dinâmico, desafiador e estimulante, focado em sempre atender às necessidades dos clientes.

• **Um ambiente que valoriza as novas ideias:** a cultura do Banco reforça o valor das novas ideias, por isso se interessa em ouvir as contribuições dos profissionais e estimula-se o pensamento criativo e inovador para, juntos, termos as melhores e mais eficientes soluções.

• **Um ambiente onde todos fazem a diferença:** o Banco reconhece as contribuições e as diferenças individuais, mas, acima de tudo, valoriza o trabalho em equipe, porque tem certeza de que a atuação conjunta contribui para a satisfação dos clientes e para a conquista de melhores resultados.

• **Um ambiente de oportunidades e desenvolvimento:** o Banco reconhece o potencial dos profissionais, por isso oferece oportunidades, investimos no desenvolvimento e oferecemos o apoio necessário para o crescimento profissional e pessoal das Pessoas.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de sustentabilidade do Banco Santander está baseada em três pilares alinhados à estratégia de negócios e à agenda de desenvolvimento do país: (i) Inclusão Social e Financeira; (ii) Educação; e (iii) Negócios Socioambientais. Entre os destaques do segundo trimestre estão: I) o Programa Escola Brasil, que contou com 291 ações voluntárias realizadas por todo o Brasil, algumas com foco em Educação Financeira para escolas públicas; II) a bem sucedida auditoria do Bacen com relação à implantação da nova Política de Responsabilidade Socioambiental que está ampliando a incorporação da sustentabilidade nas análises e processos decisórios da organização; III) R\$ 45,9 milhões em negócios socioambientais, totalizando R\$ 140,8 milhões no semestre; IV) O Sustentabilidade Pra Todo Lado, que é uma ação de engajamento interno com o objetivo de avançar no tema da sustentabilidade e reforçar a percepção e o orgulho da atuação do Banco neste tema. Este ano o Banco realizou sua 4ª edição, com a participação de 10.623 funcionários.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, a qual prevê, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 30 de junho de 2015, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria externa que tenham superado 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados não relacionados aos serviços de auditoria independente no período findo em 30 de junho de 2015, foram:

Data da contratação	Descrição dos serviços prestados
23/03/2015	Asseguração sobre a seleção de clientes elegíveis e respectiva distribuição de cupons conforme regulamento da promoção "Santander Copa América"
17/03/2015	Revisão das normas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)
29/05/2015	Asseguração da seleção de clientes elegíveis e respectiva distribuição de cupons para participação do sorteio " Vale a Pena ser Digital "
13/02/2015	Revisão de procedimentos fiscais

Ademais, o Banco confirma que a Deloitte dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de junho de 2015, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração				
A Diretoria Executiva				
(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 29/07/2015).				
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	
Receitas da Intermediação Financeira		35.882.587	27.337.913	
Operações de Crédito		21.498.440	14.468.868	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	15.292.772	9.659.913	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.764.043)	646.685	
Resultado de Operações com Câmbio		(667.001)	870.444	
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		15.452	5.880	
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.506.967	1.686.123	
Despesas da Intermediação Financeira		(31.507.599)	(18.930.769)	
Operações de Captação no Mercado	17.d	(22.579.865)	(14.593.000)	
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.183.571)	932.778	
Operações de Arrendamento Mercantil		(62)	(566)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.744.101)	(5.269.981)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.374.988	8.407.144	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(97.332)	(5.948.421)	
Receitas de Prestação de Serviços		3.744.509	3.503.782	
Rendas de Tarifas Bancárias	26	1.129.431	1.174.921	
Despesas de Pessoal	27	(2.965.172)	(2.820.959)	
Outras Despesas Administrativas	28	(5.912.316)	(5.990.082)	
Despesas Tributárias	29	(830.363)	(1.437.508)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	739.722	587.421	
Outras Receitas Operacionais	30	8.581.101	1.220.831	
Outras Despesas Operacionais	31	(4.584.244)	(2.186.827)	
Resultado Operacional		4.277.656	2.458.723	
Resultado não Operacional		32	88.212	46.738
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		4.365.868	2.505.461	
Imposto de Renda e Contribuição Social		33	766.548	(939.972)
Provisão para Imposto de Renda		(45.974)	(528.256)	
Provisão para Contribuição Social		(14.721)	(297.721)	
Ativo Fiscal Diferido		827.243	(113.995)	
Participações no Lucro		(488.431)	(524.896)	
Lucro Líquido		4.643.985	1.040.593	
Nº de Ações (Mil)	23.a	7.541.480	7.550.148	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		615,79	137,82	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	

Receitas da Intermediação Financeira		35.882.587		27.337.913	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	26	4.873.940		4.678.703	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.744.101)		(5.269.981)	
Outras Receitas e Despesas		5.812.315		(917.987)	
Despesas da Intermediação Financeira		(25.763.498)		(13.660.788)	
Insumos de Terceiros		(3.639.950)		(2.962.495)	
Material, Energia e Outros		(140.444)		(121.426)	
Serviços de Terceiros	28	(914.332)		(1.023.114)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	31	(900.003)		(1.271)	
Outros		(1.685.171)		(1.816.684)	
Valor Adicionado Bruto		11.421.293		9.205.365	
Retenções					
Depreciações e Amortizações	28	(2.831.673)		(2.679.011)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		8.589.620		6.526.354	
Valor Adicionado Recebido em Transferência e Controladas	14	739.722		587.421	
Valor Adicionado Total a Distribuir		9.329.342		7.113.775	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		3.027.307	32,3%	2.935.482	41,3%
Remuneração	27	1.643.405		1.638.447	
Benefícios	27	589.497		544.057	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		161.544		157.786	
Outras		632.861		595.192	
Impostos, Taxas e Contribuições		1.317.354	14,2%	2.787.853	39,2%
Federais		1.106.702		2.588.209	
Estaduais		357		602	
Municipais		210.295		199.042	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	28	340.696	3,7%	349.847	4,9%
Remuneração de Capitais Próprios		4.643.985	49,8%	1.040.593	14,6%
Dividendos	23.b	150.000		520.193	
Reinvestimentos de Lucros		4.493.985		520.400	
Total		9.329.342	100,0%	7.113.775	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2015	30/06/2014		Nota Explicativa	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		360.577.717	282.392.291	Passivo Circulante		383.543.728	321.174.417
Disponibilidades	4	4.420.394	4.670.666	Depósitos	17.a	114.114.117	116.670.596
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	74.891.601	51.287.476	Depósitos à Vista		14.928.055	14.959.503
Aplicações no Mercado Aberto		32.449.344	21.114.874	Depósitos de Poupança		36.595.391	35.778.901
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		20.313.319	21.524.924	Depósitos Interfinanceiros		23.117.139	35.053.203
Aplicações em Moedas Estrangeiras		22.128.938	8.647.678	Depósitos a Prazo		39.473.532	30.878.989
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	54.743.253	55.510.050	Captações no Mercado Aberto	17.b	104.200.690	67.870.928
Carteira Própria		11.705.107	17.031.870	Carteira Própria		89.001.221	64.625.647
Vinculados a Compromissos de Recompra		37.729.473	32.110.415	Carteira de Terceiros</			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros (-) Acumulados	Ações em Tesouraria	Total	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Coligadas e Controladas						
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	62.828.201	827.496	1.381.494	99.807	(560.497)	(127.177)	(1.332.264)	62.825.353			
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	1.772	-			
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	(60.266)	(60.266)	4.643.985	1.040.593
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	(5.360)	-	-	-	-	-	(5.360)	(5.360)	1.864.881	9.767.876
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	34.f	-	689	-	-	-	-	-	689	5.744.101	5.269.981
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	792.962	45.774	-	-	-	2.067.676	2.067.676
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	23.b	-	-	(99.807)	-	-	-	-	(99.807)	2.127.715	(587.421)
Reestruturação do Capital	23.d & f	(5.828.201)	(185.312)	-	-	-	-	(20)	(6.013.533)	2.831.673	2.679.011
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.040.593	1.040.593
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	52.030	-	-	-	-	(52.030)	-	32	533
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	(520.193)	-	32	(32.996)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	468.370	-	-	-	(468.370)	-	31	900.003
Saldo em 30 de Junho de 2014	57.000.000	637.513	1.433.524	468.370	232.465	(81.403)	(1.330.492)	-	(351.993)	58.007.984	1.040.593
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	57.000.000	548.164	1.489.139	615.066	117.875	(118.161)	(1.881.352)	-	(445.501)	57.325.230	1.040.593
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	228.995	-	-	(1.061.245)	(2.666.038)
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	(41.673)	(41.673)	5.752.416	(31.902.922)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	(3.918)	-	-	-	-	-	(3.918)	-	14.525.545	(4.443.436)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	34.f	-	177.907	-	-	-	-	-	-	2.592.531	2.893.786
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(429.816)	(17.129)	-	-	-	-	26.303.040	8.273.433
Reestruturação do Capital	23.d & f	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)	274.155	(15.023)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.643.985	4.643.985
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	232.199	-	-	-	-	(232.199)	-	32	32
Dividendos	23.b	-	-	4.261.786	-	-	-	(150.000)	-	31	900.003
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	-	-	-	(4.261.786)	-	32	(34.404)
Saldo em 30 de Junho de 2015	57.000.000	722.153	1.721.338	4.876.852	(311.941)	(135.290)	(1.652.357)	-	(487.199)	61.733.556	154.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas a participação societária, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país e a dependência no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 29 de julho de 2015.
As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2015 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional
Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:
• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
• Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado em 30 de junho de 2015.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

⁽¹⁾ da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
⁽²⁾ da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:
I - "hedge" de risco de mercado; e
II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:
⁽¹⁾ para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
⁽²⁾ para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)
A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:
a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.062, de 30 de janeiro de 2002; e
c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

i) Outros Valores e Bens
Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

j) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.
As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.
A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.
Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

k) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

k.2) Imobilizado
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k.3) Intangível
O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos no plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (feitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 31) e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

m) Remuneração Baseada em Ações
O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação
O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro
Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

n) Captações, Emissões e Outros Passivos
Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.4).
Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).
O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.
O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descritos nas Notas 20 e 23.1.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		4.643.985	1.040.593
Ajustes ao Lucro Líquido		1.864.881	9.767.876
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.744.101	5.269.981
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		(5.712.581)	2.067.676
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(990.323)	212.715
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(739.722)	(587.421)
Depreciações e Amortizações	28	2.831.673	2.679.011
Constituição (Reversão) de Provisão para Per			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

I) Títulos para Negociação

	30/06/2015		30/06/2014		Valor Referencial 30/06/2014
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para Negociação					
Títulos Públicos	37.788.674	(143.887)	37.644.787	38.679.714	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	671.619	68	671.687	442.914	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.053.968	(53.780)	21.000.188	22.837.816	
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	180.551	7.514	188.065	133.632	
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	8.861.424	(75.237)	8.786.187	8.182.479	
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	2.644	(98)	2.546	2.474	
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	6.898.337	(21.669)	6.876.668	6.967.619	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	118.110	(691)	117.419	104.700	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.201	6	2.207	8.080	
Títulos Privados	3.336.209	(4.119)	3.332.090	3.161.094	
Ações	4.826	(4)	4.822	76.644	
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	9.734	776	10.510	16.200	
Cotas de Fundos de Investimento	30.321	(688)	29.633	38.758	
Debêntures	3.280.756	822	3.281.578	2.990.559	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	10.572	(5.025)	5.547	38.933	
Total	41.124.883	(148.006)	40.976.877	41.840.808	

	30/06/2015		30/06/2014		Valor Referencial 30/06/2014
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	
Títulos para Negociação					
Títulos Públicos		148.888	13.019.105	8.484.686	15.992.108
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	50.098	54.980	566.609	671.687
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	90.247	12.983.442	5.758.110	2.168.389
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	188.065	188.065
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	1.337.274	7.448.913
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	1.041	1.505
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	1.290.767	5.585.901
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	8.439	34.448	42.514	32.018
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	104	1.215	-	708
Títulos Privados	34.455	4.303	16.877	3.276.455	3.332.090
Ações	4.822	-	-	-	4.822
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	-	-	-	10.510	-
Cotas de Fundos de Investimento	29.633	-	-	-	29.633
Debêntures	-	-	-	5.123	3.276.455
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	4.303	-	1.244	3.281.578
Total	34.455	153.191	13.019.105	8.501.563	19.268.563

	30/06/2015		30/06/2014		Valor Referencial 30/06/2014
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Patrimônio Líquido	Valor Patrimônio Líquido	
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	60.597.818		(484.854)	60.112.964	37.275.731
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	451	-	179	630	578
Crédito Securitizado	2.643	-	382	3.025	2.843
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	702.943	-	(22)	702.921	433.350
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.373.898	-	(400.083)	26.973.815	22.112.677
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	3.982.448	-	176.267	4.158.715	2.930.252
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.666.500	-	49.855	5.716.355	4.777.965
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.348.344	-	(43.513)	1.304.831	1.255.712
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (2)	12.601.816	-	(264.632)	12.337.184	3.056.640
Títulos da Dívida Externa Brasileira (3)	4.852.130	-	51.868	4.903.998	2.303.431
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	3.494.250	-	(55.250)	3.439.000	-
Debêntures (2)	572.395	-	95	572.490	402.283
Títulos Privados	70.520.634	52.059	(126.781)	70.445.912	57.795.341
Ações	764.952	-	52.478	817.430	718.716
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	403.914	26.713	-	430.627	1.047.014
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	617.658	(43.228)	-	574.430	527.124
Cotas de Fundos de Investimento	466.263	42.081	-	508.344	463.564
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	11.605
Debêntures (2)	63.031.329	26.493	(138.282)	62.919.540	50.684.343
Eurobonds	342.153	-	(64.656)	277.497	72
Notas Promissórias - NP (4)	3.387.205	-	48.434	3.435.639	2.448.236
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	13.522	-	206	13.728	17.143
Letras Financeiras - LF	810.980	-	4.689	815.669	1.093.198
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	682.658	-	(29.650)	653.008	784.299
Total	131.118.452	52.059	(611.635)	130.558.876	95.071.072

	30/06/2015		30/06/2014		Valor Referencial 30/06/2014
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos		810.593	2.574.907	21.643.319	35.084.145
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	630	630
Crédito Securitizado	-	-	451	1.193	3.025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	702.921	702.921
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	32.000	-	19.638.126	26.973.815
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	16.131	-	4.142.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	44.222	867	-	5.671.266
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	14.696	-	-	1.290.135
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (2)	-	642.842	-	756.340	10.938.002
Títulos da Dívida Externa Brasileira (3)	-	68.884	12.348	-	4.822.766
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	-	-	2.314.942	1.124.058	3.439.000
Debêntures (2)	-	7.949	230.168	123.414	210.959
Títulos Privados	578.072	1.001.952	4.085.035	24.442.423	40.338.430
Ações	69.728	-	-	-	747.702
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	-	-	-	-	430.627
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	574.430
Cotas de Fundos de Investimento	508.344	-	-	-	508.344
Debêntures (2)	-	239.601	2.283.679	22.491.404	37.904.856
Eurobonds	-	8.473	-	-	269.024
Notas Promissórias - NP (4)	-	701.740	1.526.717	1.094.112	3.435.639
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	4.576	9.152	13.728
Letras Financeiras - LF	-	-	127.724	687.945	815.669
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	52.138	142.339	159.810	298.721
Total	578.072	1.812.545	6.659.942	46.085.742	75.422.575

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) Emissão de sociedade de economia mista.

(3) Inclui o valor de R\$647.539 (30/06/2014 - R\$704.044) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.v.a).

(4) Em 30 de junho de 2015, incluí o valor de R\$250.141 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.v.a) e em 30 de junho de 2014, incluí o valor de R\$204.459 de títulos objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

(5) Em 30 de junho de 2015, a quantidade de 1.765.672 de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 1 de Janeiro de 2023 estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(6) Inclui o valor de R\$693.612 (30/06/2014 - R\$603.876) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor Referencial	Valor Referencial	Valor Referencial	Valor Referencial
Rendimentos de Títulos de Renda Fixa				
Rendimentos de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45.604.973	10.734.576	12.673.331	52.808.308
Resultado de Títulos de Renda Variável	39.053.719	6.698.515	(99.605)	23.142.674
Redução ao Valor Recuperável (1)	29.662.160	10.898.959	8.339.397	21.117.002
Outros (2)	94.674.934	-	-	118.227.582
Total	152.995.786	17.533.090	12.743.726	107.376.574

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

(2) Corresponde, principalmente, a rendas com fundos de investimentos e participações.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2015			30/06/2014		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"						
Ativo	209.008.062	28.342.202	20.923.341	215.340.889	27.125.828	27.983.488
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	39.053.719	6.698.515	(99.605)	23.142.674	11.044.720	11.700.797
Taxa de Juros Pré - Reais	29.662.160	10.898.959	8.339.397	21.117.002	1.569.554	757.882
Moeda Estrangeira	94.674.934	-	-	118.227.582	-	-
Outros	12.276	10.152	10.218	45.323	23.110	23.033
Passivo	202.022.827	(21.356.967)	(19.936.047)	214.169.351	(25.954.290)	(26.289.230)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	34.870.397	-	-	38.319.864	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	32.355.204	-	-	12.097.954	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	18.763.201	-	-	19.547.448	-	-
Moeda Estrangeira	116.031.901	(21.356.967)	(19.936.047)	144.181.872	(25.954.290)	(26.289.230)
Outros	2.124	-	-	22.213	-	-
Opções	179.962.656	(40.003)	(42.208)	278.306.105	(8.077)	21.565
Compromissos de Compra	83.620.464	328.874	430.589	142.286.573	435.830	403.298
Opções de Compra Dólar	4.232.321	172.193	254.053	3.100.314	217.052	187.046
Opções de Venda Dólar	2.487.785	60.878	99.715	1.634.196	34.973	48.583
Opções de Compra Outras	11.002.897	49.289	49.312	68.016.882	127.298	74.927
Mercado Interfinanceiro	10.566.994	9.744	18.131	67.319.919	96.931	46.761
Outras (1)	435.903	39.545	31.181	696.963	30.367	28.166
Opções de Venda Outras	65.897.461	46.514	27.509	69.535.181	56.507	92.742
Mercado Interfinanceiro	65.413.783	31.721	6.234	65.808.416	36.339	52.648
Outras (1)	483.678	14.793	21.275	3.726.765	20.168	40.094
Compromissos de Venda	96.342.192	(368.877)	(472.797)	136.019.532	(443.907)	(381.733)
Opções de Compra Dólar	3.865.707	(199.032)	(293.939)	3.960.980	(256.493)	(206.726)
Opções de Venda Dólar	2.521.822	(74.308)	(94.690)	395.262	(13.449)	(14.822)
Opções de Compra Outras	15.117.343	(46.276)	(53.019)	55.569.478	(109.199)	(88.642)
Mercado Interfinanceiro	14.668.505	(13.532)	(20.519)	55.084.161	(71.857)	(38.298)
Outras (1)	448.838	(32.744)	(32.500)	485.317	(37.342)	(50.344)
Opções de Venda Outras	74.837.320	(49.261)	(31.149)	76.093.812	(64.766)	(71.543)
Mercado Interfinanceiro	74.765.676	(34.946)	(4.813)	72.646.899	(26.855)	(32.403)
Outras (1)	71.644	(14.315)	(26.336)	3.446.913	(37.911)	(39.140)
Contratos de Futuros	237.478.021	-	-	231.347.750	-	-
Posição Comprada	70.315.830	-	-	114.978.094	-	-
Cupom Cambial (

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira "Banking"

Descrição	Cenário 1 (88.395)	Cenário 2 (2.315.076)	Cenário 3 (4.343.660)	30/06/2015	30/06/2014
Fatores de Risco					
Taxa de Juros em Reais					
TR e Taxa de Juros de					
Longo Prazo (TJLP)	(18.223)	(476.593)	(844.436)		
Inflação	(523)	(5.813)	(9.980)		
Cupom de Dólar	(8.139)	(193.711)	(354.829)		
Cupom de Outras Moedas	(1.190)	(9.911)	(21.005)		
Taxa de Juros					
Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(8.303)	(22.694)	(51.798)		
Moeda Estrangeira	(633)	(15.836)	(31.672)		
Exposições sujeitas à Variação Cambial					
Total (1)	(125.406)	(3.039.714)	(5.657.380)		

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	30/06/2015	30/06/2014
Operações de Crédito	180.935.657	159.818.941
Empréstimos e Títulos Descontados	101.728.224	90.922.052
Financiamentos	38.897.283	35.700.093
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.465.318	5.084.038
Financiamentos Imobiliários	34.765.644	28.022.613
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	76.992	75.192
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.196	14.953
Operações de Arrendamento Mercantil	38	1.521
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1) (Nota 9)	5.151.020	3.806.074
Outros Créditos (2)	26.997.719	21.890.137
Total	213.084.434	185.516.673
Circulante	118.557.248	79.372.931
Longo Prazo	94.527.186	106.143.742

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honorários, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transfêrencia de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transfêrencia substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(I) Com Transfêrencia Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro semestre de 2015, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$1.146.943 (2014 - R\$2.596) e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(II) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$47.485. Em 30 de junho de 2015, o valor presente das operações cedidas é de R\$2.196 (30/06/2014 - R\$14.953) (Nota 25.e).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2015, o valor presente das operações cedidas é de R\$227.952 (30/06/2014 - R\$305.614).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de intervenção.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	6.593.548	7.176.596
A Vencer:		
Até 3 Meses	65.214.855	37.074.911
De 3 a 12 Meses	53.342.393	42.298.020
Acima de 12 Meses	87.933.638	98.967.146
Total	213.084.434	185.516.673

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	30/06/2015	30/06/2014
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Arrendamentos a Receber	44	1.582
Valores Residuais a Realizar (1)	20	898
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(21)	(555)
Valores Residuais a Balancear	(20)	(898)
Imobilizado de Arrendamento	72.552	113.891
Depreciações Acumuladas	(72.552)	(113.891)
Superveniências de Depreciações	29.551	62.318
Credores por Antecipação de Valor Residual	(29.516)	(60.926)
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	38	1.521

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$6 (30/06/2014 - R\$61).

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	11	493
A Vencer:		
Até 1 Ano	17	1.055
De 1 a 5 Anos	16	34
Total	44	1.582

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	9	366
A Vencer:		
Até 1 Ano	13	1.131
De 1 a 5 Anos	16	24
Total	38	1.521

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2015	30/06/2014
Setor Privado	212.958.155	185.408.636
Indústria	57.008.839	43.796.778
Comércio	24.277.091	20.215.915
Instituições Financeiras	1.402.469	4.328
Serviços e Outros (1)	40.070.093	43.394.717
Pessoas Físicas	84.734.345	72.912.861
Cartão de Crédito	17.339.296	16.704.056
Crédito Imobiliário	24.235.037	17.905.274
Crédito Consignado	10.874.195	12.285.004
Financiamento e Leasing de Veículos	2.941.581	3.206.171
Outros (2)	29.344.237	22.812.356
Agricultura	5.465.318	5.084.037
Setor Público	126.279	108.037
Governo Federal	20	32
Governo Estadual	98.883	94.379
Governo Municipal	27.376	13.626
Total	213.084.434	185.516.673

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	93.695.371	-	93.695.371	-	-	-
A	0,5%	73.581.798	-	73.581.798	367.909	268.691	636.600
B	1%	11.415.755	1.339.554	12.755.309	127.553	220.074	347.627
C	3%	8.178.576	2.000.164	10.178.740	305.362	410.670	716.032
D	10%	5.568.049	2.430.062	7.998.111	799.811	-	799.811
E	30%	1.390.969	1.303.956	2.694.925	808.478	-	808.478
F	50%	763.328	1.162.324	1.925.652	962.826	-	962.826
G	70%	589.542	956.596	1.546.138	1.082.297	-	1.082.297
H	100%	2.890.561	5.705.041	8.595.602	8.595.602	-	8.595.602
Total		198.073.949	14.897.697	212.971.646	13.049.838	899.435	13.949.273

(1) Inclui parcelas vencidas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$112.788 (30/06/2014 - R\$63.221), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Saldo Inicial	13.539.025	13.829.240
Constituições Líquidas das Reversões	5.744.101	5.269.981
Baixas	(5.333.853)	(5.810.367)
Saldo Final (1)	13.949.273	13.288.854
Circulante	3.192.788	2.682.861
Longo Prazo	10.756.487	10.605.993
Créditos Recuperados (2)	968.104	1.185.961

(1) Inclui R\$12 (30/06/2014 - R\$340) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$74.251 (2014 - R\$149.961).

g) Créditos Renegociados

	30/06/2015	30/06/2014
Créditos Renegociados	12.714.722	14.480.198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.958.764)	(7.083.243)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	54,7%	48,9%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivados (3)	Consolidado			
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	7.662.042	2,3%	7.438.165	2,9%
10 Maiores	36.859.363	10,9%	29.434.810	10,2%
20 Maiores	53.286.214	15,7%	41.122.286	14,5%
50 Maiores	79.301.931	23,4%	61.928.897	21,1%
100 Maiores	102.299.148	30,2%	78.842.953	27,0%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	30/06/2015	30/06/2014
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	33.688.055	23.679.957
Câmbio Comprado a Liquidar	27.688.796	15.916.618
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(528.190)	(258.714)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	64.624	59.712
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	9.708	549
Total	60.922.993	39.398.122
Circulante	59.984.057	39.164.788
Longo Prazo	938.936	233.334
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	33.486.423	22.488.005
Obrigações por Compra de Câmbio	26.657.759	16.407.529
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(5.151.020)	(3.806.074)
Outros	56	72
Total	54.993.218	35.089.532
Circulante	54.197.384	34.939.608
Longo Prazo	795.834	149.924
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	890.311	620.316
Créditos de Exportação Confirmados	(457.493)	(537.650)

10. Negociação e Intermediação de Valores

	30/06/2015	30/06/2014
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	783.295	143.684
Caixas de Registro e Liquidação	3	458
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	45	10.530
Bolsas - Depósitos em Garantia	285.162	364.720
Outros (1)	777.130	39.362
Total	1.845.632	558.754
Circulante	1.845.632	549.522
Longo Prazo	3	9.502
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	129.576	417.244
Credores - Conta Liquidações Pendentes	5.327	23.520
Credores por Empréstimos de Ações	111.193	176.652
Caixas de Registro e Liquidação	996	-
Comissões e Corretagens a Pagar	2.305	2.286
Total	249.397	619.702
Circulante	186.644	551.388
Longo Prazo	62.753	68.314

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.321.677	1.693.339	(1.013.607)	8.001.409
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	760.181	93.242	(19.058)	834.365

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Atividade	30/06/2015			
	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			
	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Investimentos				
Controladas da Aymoré CFI ⁽¹²⁾ ⁽¹⁴⁾				
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) ⁽¹²⁾	20.000	-	-	50,00%
Banco Bonsucesso Consignado S.A. (Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁴⁾	210.000	-	-	60,00%
Controladas da Sancap				
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A. (Evidence) ⁽⁴⁾	8.938.026	-	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços				
Webcasas S.A.	24.500	-	-	100,00%
Controladas da Webmotors S.A. ⁽²⁾⁽¹⁶⁾				
Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors) ⁽¹³⁾	1	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander				
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços				
Webmotors S.A. ⁽²⁾	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) ⁽⁷⁾	743.944	-	-	19,81%
Controladas da Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ⁽⁸⁾ ⁽¹¹⁾ ⁽¹⁷⁾				
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT) ⁽¹¹⁾	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U. Ltda. (Integry Tecnologia) ⁽¹¹⁾	1.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale) ⁽¹¹⁾	6.050	-	-	100,00%
Transações Eletrônicas Pos Móvil S.A. (Pos Móvil) ⁽¹¹⁾	10	-	-	100,00%
Izettle do Brasil S.A. ⁽⁸⁾⁽¹¹⁾	5.300	-	-	50,00%
Controlada TecBan ⁽⁷⁾				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	11.156	-	-	100,00%
Controlada Tbnnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort)	7.817	-	-	100,00%
Controladas do Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁴⁾				
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽¹⁴⁾	6.950	-	-	100,00%
BSI Informática Ltda. ⁽¹⁴⁾	450	-	-	100,00%
Coligadas				
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	1.679	-	21,75%	21,75%

Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado				Resultado da Equivalência Patrimonial	
	Investimentos				Investimentos	
	01/01 a 30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
5.299.105	274.741	4.163.721	4.040.944	215.875	123.743	
156.665	9.750	156.665	137.197	9.750	10.159	
3.094.866	131.610	3.094.866	3.014.472	131.610	103.430	
1.512.782	265.918	1.512.782	1.179.909	265.918	125.534	
1.334.592	108.165	532.382	469.487	43.148	23.218	
934.136	64.475	934.136	32.082	64.475	2.974	
423.373	40.362	423.373	376.773	40.362	19.572	
22.752	641	22.752	21.974	641	582	
14.329	904	13.831	12.811	872	347	
1.703.201	(132.410)	1.703.201	1.314.417	(132.410)	64.404	
1.425.578	138.930	1.150.339	35.072	56.260	25.715	
345.058	33.368	345.058	335.608	33.368	46.512	
544.122	(30.756)	330.028	390.007	(18.654)	31.298	
6.004	1.630	6.004	8.275	1.630	1.338	
-	-	-	79.077	-	(3.371)	
2.707.517	26.747	2.707.517	2.312.032	26.747	17.960	
793.513	56.072	-	-	-	-	
31.930	(2.155)	-	-	-	-	
603.526	8.376	-	-	-	-	
231.447	44.460	-	-	-	-	
175.723	(11.187)	-	-	-	-	
19.654	(848)	-	-	-	-	

Atividade	30/06/2015			
	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			
	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Controlada da Webmotors S.A. ⁽²⁾				
Virtual Motors ⁽¹³⁾	321	320	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander				
Cibrasec ⁽¹⁾	74.745	1.397	10,192	10,169
Norchem Participações	49.302	1.824	22,601	24,425
EBP ⁽¹⁾	59.130	(15,036)	6,570	8,409
BW Guirapá I S.A. ⁽⁸⁾	-	-	-	75,006
Controladas em Conjunto da Santander Serviços				
Webmotors S.A. ⁽²⁾	240.311	14.822	-	-
TecBan ⁽⁷⁾	378.499	40.566	-	-
Controladas da Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ⁽⁸⁾ ⁽¹¹⁾				
Auttar HUT ⁽¹¹⁾	8.945	1.271	-	-
Integry Tecnologia ⁽¹¹⁾	(21)	(54)	-	-
Toque Fale ⁽¹¹⁾	1.819	1.779	-	-
Pos Móvil ⁽¹¹⁾	1.259	(2,972)	-	-
Izettle do Brasil S.A. ⁽⁸⁾⁽¹¹⁾	(5,778)	(2,676)	-	-
Controlada TecBan ⁽⁷⁾				
Tbnet	(908)	(5,623)	-	-
Controlada Tbnnet				
Tbforte	(1,871)	(4,884)	-	-
Controladas do Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁴⁾				
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽¹⁴⁾	6.259	(3,151)	-	-
BSI Informática Ltda. ⁽¹⁴⁾	4.184	3,350	-	-
Coligadas				
Norchem Holdings	92.493	3,225	18,704	25,102
Outras	-	-	255	(4)
Total	17.154.977	13.903.248	739.722	587.421

⁽¹⁾ Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

⁽²⁾ Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

⁽³⁾ Em setembro de 2014, o controle do investimento mantido na BW Guirapá I S.A. bem como a participação em seus parques edícios pelo Banco Santander foram transferidos para a Santander Participações (ver Nota 10 abaixo).

⁽⁴⁾ Na AGE de 5 de dezembro de 2014, foi aprovado um aumento no capital social pela Sancap no valor de R\$140.000, mediante a emissão de 7.000.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$45.000 para R\$185.000. Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), a transferência da Carteira de Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a sociedade Evidence Previdência S.A. Em 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da referida Carteira foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidence.

⁽⁵⁾ Na AGE de 8 de setembro de 2014, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$23.820 passando dos atuais R\$87.180 para R\$111.000, mediante a emissão de 40.448.655 novas ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Santander Participações (ver Nota 10 abaixo).

⁽⁶⁾ No dia 4 de abril de 2014, foi realizada a integralização total do capital social da Getnet S.A. no valor de R\$3.000, passando dos atuais R\$13.000 para R\$16.000. Foi aprovada também a alteração da denominação social da Santander Getnet para Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.). Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$1.173.503, passando dos atuais R\$16.000 para R\$1.189.503, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$1.156.263 em moeda corrente nacional e R\$17.240 mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Izettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da Getnet S.A. (Nota 36.b e 36.d).

⁽⁷⁾ Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% de sua participação nesta sociedade.

⁽⁸⁾ Na AGE de 6 de junho de 2014, foi aprovada a alteração da denominação social da CRV DTVM, para Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., homologada pelo Bacen no dia 25 de julho de 2014 (Nota 36.f). Na AGE realizada em 16 de setembro de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$822.000, passando de R\$18.313 para R\$840.313, mediante a emissão de 1.673.368 novas ações ordinárias sem valor nominal. O aumento do capital social foi aprovado pelo Bacen em 3 de outubro de 2014.

⁽⁹⁾ Na AGE de 10 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Santander CCVM no valor de R\$100.302, passando dos atuais R\$195.698 para R\$296.000, mediante a emissão de 7.715.540 mil novas ações, sendo 3.857.770 mil ações ordinárias e 3.857.770 mil ações preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen no dia 3 de julho de 2014.

⁽¹⁰⁾ Na AGE realizada em 1 de agosto de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$98.562, passando o capital social de R\$1.131.738 para R\$1.230.300, mediante a emissão de 242.471 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$20.050 em moeda corrente nacional e R\$78.512 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 131.583.368 ações ordinárias de emissão da Santos Energia, passando o seu investimento na Santos Energia para a Santander Participações. Na AGE realizada em 1 de setembro de 2014, foi aprovado um novo aumento no capital social da Santander Participações no valor de R\$320.700, passando o capital social de R\$1.230.300 para R\$1.551.000, mediante a emissão de 761.053 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$249.087 em moeda corrente nacional e R\$71.613 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 252.311 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., e a sua obrigação atrelada às referidas ações de realizar a integralização ainda pendente na BW Guirapá I S.A. no valor de R\$91.000, passando o seu investimento para a Santander Participações. Na AGE de 7 de janeiro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$149.000, passando o capital social de R\$1.551.000 para R\$1.700.000, mediante a emissão de 360.348 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander em moeda corrente nacional.

⁽¹¹⁾ Empresas indiretamente adquiridas através da operação de aquisição da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) (Nota 36.b).

⁽¹²⁾ Investimento adquirido em 12 de dezembro de 2014 (Nota 36.a). Na AGE de 15 de dezembro de 2014, foi aprovado a redução do capital social da Super, de forma a ajustá-lo ao valor das importâncias efetivamente integralizadas, o qual passou de R\$51.128 para R\$49.451, sendo a referida redução no valor de R\$1.677, sem cancelamento de ações, e sem restituição de quaisquer valores aos acionistas, observado o disposto na legislação aplicável.

⁽¹³⁾ Investimento adquirido em 10 de dezembro de 2014 (Nota 36.g).

⁽¹⁴⁾ Investimento do Banco Bonsucesso Consignado adquirido em 10 de fevereiro de 2015 e demais empresas adquiridas indiretamente através da operação de aquisição do Banco Bonsucesso Consignado (Nota 36.c).

⁽¹⁵⁾ O capital social da empresa é de R\$100,00 composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

⁽¹⁶⁾ A Ideia Produções e Design Ltda. - ME e KM Locanet Ltda. - ME (Compre Auto) foram incorporadas pela Webmotors S.A. em 30 de abril de 2015 (Nota 36.g).

⁽¹⁷⁾ A Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) em 30 de abril de 2015 (Nota 36.g).

Atividade	30/06/2015		30/06/2014	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Residual
Imóveis de Uso	2.547.196	(557.770)	1.989.426	1.969.511
Terrenos	664.434	-	664.434	675.016
Edificações	1.882.762	(557.770)	1.324.992	1.294.495
Outras Imobilizações de Uso	9.940.282	(5.657.689)	4.282.593	4.233.242
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.545.296	(1.222.111)	1.323.185	1.443.097
Sistemas de Processamento de Dados	2.801.361	(2.033.537)	767.824	727.608
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	3.350.321	(1.769.640)	1.580.681	1.499.931
Sistemas de Segurança e Comunicações	613.241	(378.032)	235.209	259.553
Outras	630.063	(254.369)	375.694	303.053
Total	12.487.478	(6.215.459)	6.272.019	6.202.753

Atividade	30/06/2015		30/06/2014	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	(22.318.275)	3.801.762	7.356.785
Outros Ativos Intangíveis	6.561.783	(4.505.025)	2.056.758	3.355.736
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4.521.742	(3.100.909)	1.420.833	1.861.388
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽²⁾	1.886.378	(1.342.058)	544.320	1.375.683
Outros	153.663	(62.058)	91.605	118.665
Total	32.681.820	(26.823.300)	5.858.520	10.712.521

⁽¹⁾ Inclui o montante líquido de R\$1.054.273 do ágio apurado pela Getnet S.A. na aquisição da totalidade das ações de emissão da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) em 31 de julho de 2014 (Nota 14 e 36.b).

⁽²⁾ Em 2015, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 31).

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

Atividade	30/06/2015		30/06/2014	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	(22.318.275)	3.801.762	7.356.785
Outros Ativos Intangíveis	6.561.783	(4.505.025)	2.056.758	3.355.736
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4.521.742	(3.100.909)	1.420.833	1.861.388
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽²⁾	1.886.378	(1.342.058)	544.320	1.375.683
Outros	153.663	(62.058)	91.605	118.665
Total	32.681.820	(26.823.300)	5.858.520	10.712.521

⁽¹⁾ Inclui o montante líquido de R\$1.054.273 do ágio apurado pela Getnet S.A. na aquisição da totalidade das ações de emissão da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) em 31 de julho de 2014 (Nota 14 e 36.b).

⁽²⁾ Em 2015, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 31).

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

Atividade	30/06/2015		30/06/2014	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	(22.318.275)	3.801.762	7.356.785
Outros Ativos Intangíveis	6.561.783	(4.505.025)	2.056.758	3.355.736
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4.521.742	(3.100.909)	1.420.833	1.861.388
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽²⁾	1.886.378	(1.342.058)	544.320	1.375.683
Outros	153.663	(62.058)	91.605	118.665
Total	32.681.820	(26.823.300)	5.858.520	10.712.521

⁽¹⁾ Inclui o montante líquido de R\$1.054.273 do ágio apurado pela Getnet S.A. na aquisição da totalidade das ações de emissão da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) em 31 de julho de 2014 (Nota 14 e 36.b).

⁽²⁾ Em 2015, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 31).

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital (Nota 23.1), são os seguintes:

			30/06/2015	30/06/2014
		Valor de Emissão		
		Taxa de Juros (a.a.) (%)		
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Total	Total
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14 Sem Prazo (Perpétuo)	R\$ 3.000	3.928.066	2.788.488
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	R\$ 3.000	6.000%	3.985.769
			7.913.835	5.617.940
Total			171.529	121.766
Circulante			7.742.306	5.496.174
Longo Prazo				

⁽¹⁾ Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

⁽²⁾ Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

⁽³⁾ A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

21. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2015	30/06/2014
Obrigações com Cartões de Crédito	17.467.775	15.301.553
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b)	3.894.049	3.498.480
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	3.474.874	2.952.880
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	191.045	712.494
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 22.i)	4.384	6.325
Provisão para Pagamentos a Eletuar		
Despesas de Pessoal	1.401.108	1.346.481
Despesas Administrativas	356.391	172.172
Outros Pagamentos	149.296	120.471
Credores por Recursos a Liberar	885.048	994.407
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	256.389	198.507
Fornecedores	216.444	225.772
Outras	2.346.110	2.663.290
Total	30.642.913	28.192.832
Circulante	22.753.463	23.582.041
Longo Prazo	7.889.450	4.610.791

⁽¹⁾ Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$170.555 (30/06/2014 - R\$692.636).

22. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.o).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2015	30/06/2014
Total	30.642.913	28.192.832
Circulante	22.753.463	23.582.041
Longo Prazo	7.889.450	4.610.791

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Fiscais	11.383.052	1.612.518
Trabalhistas	1.914.476	3.977.201
Cíveis	1.612.518	1.869.394
Fiscais	7.314.470	9.377.201
Trabalhistas	524.386	1.869.394
Cíveis	1.612.518	1.501.962

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Inicial	11.383.052	1.612.518
Constituição Líquida de Reversão ^{(1) (2)}	(7.314.470)	(524.386)
Atualização Monetária	463.481	124.083
Baixas por Pagamento	(4.772)	(521.200)
Outros	(11.731)	62.505
Saldo Final	4.515.560	2.122.250
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.011.715	331.826
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	45.681	9.395
Total dos Depósitos em Garantia	1.057.396	341.221

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2015, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 22.e).

c) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O Banco aderiu em agosto de 2014 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.996/2014.

A adesão ao programa incluiu a cobrança administrativa decorrente da dedução de despesas com tributos com exigibilidade suspensa e sua atualização na base de cálculo do IRPJ e da CSLL entre os anos de 2006 e 2008. Referência cobrada, pendente de decisão na esfera administrativa, tinha classificação de risco avaliada como perda possível, segundo os assessores jurídicos. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista em 2014, produziram efeitos contábeis no momento da adesão ao programa através da liquidação financeira no valor de R\$404.570 cujo efeito patrimonial, após registrados os ativos fiscais diferidos, foi nulo no resultado líquido.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$1.460.572 no Banco e R\$2.890.312 no Consolidado (30/06/2014 - R\$8.405.172 no Banco e R\$9.744.163 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins aplicável, exclusivamente, ao processo do Banco Santander. Em 28 de maio de 2015, em sessão plenária do STF, foi confirmada a inadmissibilidade do Recurso Extraordinário referente à Cofins, em decisão unânime, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo Ministério Público Federal. Com essa decisão, o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Em 29 de junho de 2015, o Ministério Público Federal apresentou Embargos de Declaração perante ao STF, os quais estão pendentes de decisão. Segundo avaliação dos assessores jurídicos, é remota a possibilidade da apreciação dos Embargos de Declaração vir a alterar o teor da decisão prolatada pelo plenário do STF. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. Com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$ 4.770 milhões, após efeitos tributários).

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$605.615 (30/06/2014 - R\$668.566): o Banco Santander ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, tratando, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$0 (30/06/2014 - R\$3.636): o Banco Santander ingressou com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$775.507 (30/06/2014 - R\$607.201): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$480.791 (30/06/2014 - R\$363.504): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Cientes - R\$641.582 (30/06/14 - R\$0): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em junho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para Santander DTVM na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que totalizam R\$1.283 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial o pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual.

A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tabulata).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ, também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$13.917 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2015, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$692 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2015, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.576 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pelo o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial Interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2015, o valor era de aproximadamente R\$253 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, anulando integralmente o débito fiscal. Referida decisão será objeto de recurso de ofício perante o CARF. Em 30 de junho de 2015, o valor era de R\$1.117 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2015, o valor era de R\$489 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$131 milhões, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afalabsp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$712 milhões.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$677.006, R\$1.088 e R\$3.296 (30/06/2014 - R\$734.824, R\$3.272 e R\$3.053), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-contratadores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.990.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, noventa e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2015		30/06/2014	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
De Domiciliados no País	116.242	142.155	258.397	336.358
De Domiciliados no Exterior	3.753.608	3.588.835	7.342.443	3.533.492
Total	3.869.850	3.730.990	7.600.840	3.730.990
(-) Ações em Tesouraria	(29.680)	(59.360)	(25.346)	(50.692)
Total em Circulação	3.840.170	3.701.310	7.541.480	3.840.504

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	30/06/2015		30/06/2014	
	Em Milhares de Reais	Ordinárias	Reais por Milhares de Ações/Units	Preferenciais
Dividendos Intercalares ^{(1) (2)}	150.000	18.9474	20,8421	39,7895
Total	150.000			

⁽¹⁾ Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2015.

⁽²⁾ O valor dos dividendos intercalares será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e será pago a partir de 28 de agosto de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	30/06/2014		30/06/2014	
	Em Milhares de Reais	Ordinárias	Reais por Milhares de Ações/Units	Preferenciais
Dividendos Intercalares ^{(1) (2)}	99.807	12.6008	13,8609	26,4617
Dividendos Intercalares ^{(3) (2)}	120.193	15,1745	16,6919	31,8664
Dividendos Intercalares ^{(2) (2)}	400.000	50,5005	55,5505	106,0510
Total	620.000			

⁽¹⁾ Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2014.

⁽²⁾ Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2014.

⁽³⁾ O valor dos dividendos intermediários e intercalares, foram imputados integralmente aos dividendos complementares e obrigatórios, respectivamente, referente ao exercício de 2014 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2015		30/06/2014		30/06/2014	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Sterrebeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924	5,2%
Funcionários	3.688	0,1%	3.710	0,1%	7.398	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	200.799	5,2%	228.581	6,2%	429.380	5,7%
Total em Circulação	3.840.170	99,3%	3.701.310	99,3%	7.541.480	99,3%
Ações em Tesouraria	29.680	0,7%	29.680	0,7%	59.360	0,7%
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%
*Free Float ⁽²⁾	400.949	10,4%	428.753	11,5%	829.702	10,9%

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2015		30/06/2014		30/06/2014	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
GES ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Sterrebeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
SIH ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924	5,2%
Funcionários	2.598	0,1%	2.621	0,1%	5.219	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	724.430	18,6%	753.093	20,1%	1.477.523	19,3%
Total em Circulação	3.844.504	99,3%	3.705.644	99,3%	7.550.148	99,3%
Ações em Tesouraria	25.346	0,7%	25.346	0,7%	50.692	0,7%
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%
*Free Float ⁽²⁾	923.490	23,9%	952.176	25,5%	1.875.666	24,7%

⁽¹⁾ Empresas do Grupo Santander Espanha.

⁽²⁾ Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresetam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos		Receitas		Ativos		Receitas	
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014
Disponibilidades	518.110	518.110	641.791	641.791				
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	514.680	514.680	638.427	638.427				
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	51	51	—	—				
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	3.324	3.324	3.364	3.364				
Diversos	55	55	—	—				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	52.307.752	52.307.752	36.944.266	36.944.266	1.389.825	1.389.825		
Aymoré CFI ⁽³⁾	27.825.209	27.825.209	1.452.791	1.452.791	1.332.216	1.332.216		
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾⁽²⁾	21.448.274	21.448.274	10.546	10.546	8.801	8.801		
CFI RCI Brasil ⁽³⁾	1.262.844	1.262.844	84.258	84.258	48.808	48.808		
Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁾⁽³⁾	1.771.425	1.771.425	64.027	64.027	—	—		
Títulos e Valores Mobiliários	56.120.921	56.120.921	2.986.890	2.986.890	45.197.747	45.197.747	2.007.106	2.007.106
Santander Leasing ⁽³⁾	56.120.921	56.120.921	2.986.890	2.986.890	45.197.747	45.197.747	2.007.106	2.007.106
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(932.359)	(932.359)	(76.097)	(76.097)	57.119	57.119	(118.895)	(118.895)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) ⁽⁴⁾	434.627	434.627	78.783	78.783	(9.821)	(9.821)	(118.895)	(118.895)
Banco Bandepe ⁽³⁾	—	—	63	63	—	—	(111)	(111)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(1.263.963)	(1.263.963)	(86.928)	(86.928)	(13.221)	(13.221)	—	—
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(87.990)	(87.990)	16.404	16.404	56.697	56.697	—	—
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(33.065)	(33.065)	(48.918)	(48.918)	53.427	53.427	—	—
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(3.657)	(3.657)	1.000	1.000	(4.634)	(4.634)	—	—
Santander Paraty ⁽³⁾	(8.780)	(8.780)	—	—	(24.922)	(24.922)	—	—
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	30.469	30.469	119.366	119.366	(56.562)	(56.562)	—	—
Santander Leasing ⁽³⁾	—	—	369	369	15	15	—	—
Operações de Crédito	2.196	2.196	14.953	14.953	816	816	816	816
Cibrasec ⁽³⁾	2.196	2.196	717	717	14.953	14.953	816	816
Dividendos e Bonificações a Receber	294.720	294.720	270.364	270.364	87.052	87.052	35.700	35.700
Banco Bandepe ⁽³⁾	—	—	—	—	—	—	—	—
Aymoré CFI ⁽³⁾	42.500	42.500	50.000	50.000	—	—	—	—
Santander Leasing ⁽³⁾	170.309	170.309	200.364	200.364	—	—	48.252	48.252
Sancap ⁽³⁾	64.911	64.911	—	—	—	—	—	—
Santander CCVM ⁽³⁾	17.000	17.000	20.000	20.000	—	—	3.100	3.100
Negociação e Intermediação de Valores	611.166	611.166	517	517	316	316	1	1
Santander Benelux ⁽⁴⁾	—	—	—	—	4	4	—	—
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	68.800	68.800	23	23	—	—	—	—
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	542.366	542.366	494	494	311	311	—	—
Carteira de Câmbio - Líquida	174.925	174.925	(422.224)	(422.224)	(7.146)	(7.146)	19.975	19.975
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	56.949	56.949	(436.367)	(436.367)	(15.439)	(15.439)	37.455	37.455
Santander Benelux ⁽⁴⁾	117.976	117.976	14.143	14.143	8.293	8.293	(17.480)	(17.480)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	680.135	680.135	1.209.431	1.209.431	559.836	559.836	1.099.481	1.099.481
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	654.489	654.489	848.994	848.994	543.010	543.010	753.572	753.572
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	15.889	15.889	88.733	88.733	15.580	15.580	92.788	92.788
Aymoré CFI ⁽³⁾	—	—	204.701	204.701	—	—	177.476	177.476
Santander CCVM ⁽³⁾	—	—	38.012	38.012	—	—	34.235	34.235
Santander Leasing ⁽³⁾	—	—	6.460	6.460	—	—	27.082	27.082
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	—	—	173	173	390	390	435	435
Santander Brasil Asset ⁽⁸⁾	—	—	2.487	2.487	—	—	—	—
Santander Serviços ⁽³⁾	—	—	5.568	5.568	—	—	—	—
Santander Microcrédito ⁽³⁾	—	—	3.537	3.537	4.501	4.501	—	—
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	—	—	4.221	4.221	4.523	4.523	—	—
Santander Participações ⁽³⁾	—	—	2.085	2.085	1.691	1.691	—	—
RCI Brasil Leasing ⁽³⁾	8.116	8.116	—	—	—	—	—	—
Diversos	1.641	1.641	4.460	4.460	856	856	3.178	3.178
Resultado não Operacional	—	—	34.404	34.404	—	—	—	—
Capital Riesgo Global ⁽⁹⁾	—	—	34.404	34.404	—	—	—	—
Outros Créditos - Diversos	12.151	12.151	12.683	12.683	272.056	272.056	24.320	24.320
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	11.930	11.930	—	—	1.490	1.490	—	—
Brazil Foreign ⁽³⁾	—	—	—	—	262.322	262.322	—	—
CFI RCI Brasil ⁽³⁾	—	—	—	—	2	2	2.018	2.018
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	—	—	1.832	1.832	—	—	1.675	1.675
Santander Paraty ⁽³⁾	—	—	1.792	1.792	8.056	8.056	19.022	19.022
Aymoré CFI ⁽³⁾	—	—	—	—	—	—	1.070	1.070
Banco Santander Internacional ⁽⁴⁾	—	—	5.358	5.358	—	—	—	—
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ⁽³⁾	—	—	1.173	1.173	—	—	—	—
Diversos	221	221	2.528	2.528	186	186	535	535
Depósitos	(24.709.432)	(24.709.432)	(1.162.971)	(1.162.971)	(35.598.035)	(35.598.035)	(1.398.072)	(1.398.072)
Santander Leasing ⁽³⁾	(19.624.120)	(19.624.120)	(924.567)	(924.567)	(31.606.940)	(31.606.940)	(1.200.811)	(1.200.811)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(9.280)	(9.280)	—	—	(1.418)	(1.418)	—	—
Aymoré CFI ⁽³⁾	(2.779.042)	(2.779.042)	(117.404)	(117.404)	(1.884.880)	(1.884.880)	(96.377)	(96.377)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(1.236.000)	(1.236.000)	(66.915)	(66.915)	(676.030)	(676.030)	(31.821)	(31.821)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(25.690)	(25.690)	—	—	(48.257)	(48.257)	—	—
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(2.782)	(2.782)	—	—	(4.326)	(4.326)	—	—
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁸⁾	(2.547)	(2.547)	(2.042)	(2.042)	(134.867)	(134.867)	(4.377)	(4.377)
Sancap ⁽³⁾	(2.224)	(2.224)	(138)	(138)	(98.071)	(98.071)	(5.524)	(5.524)
Santander Brasil Asset ⁽⁸⁾	(19.713)	(19.713)	(1.003)	(1.003)	(126.976)	(126.976)	(7.098)	(7.098)
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	(166.798)	(166.798)	(10.3					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandedprev - Banded Previdência Social (Bandedprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Banded e Banco Santander, administrado pela Bandedprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Banded e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdenciários, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Plano I fechado para novas adesões desde 23 de março de 1998 e planos II e III desde 8 de julho de 1999. Esse plano está em processo de baixa junto à PREVIC, com previsão de autorização daquele órgão para 2015. Adicionalmente, o Banco Santander é patrocinador das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Esses planos estão em processo de transferência para o Banesprev, com previsão para ocorrer em 2015, porém dependem de aprovação da PREVIC. Em outubro de 2014 houve a liquidação da reserva matemática de 55 participantes.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

30/06/2015			
Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandedprev
(16.101.894)	(351.395)	(347.619)	(1.133.735)
14.093.190	687.954	3.921	1.484.079
(2.008.704)	336.559	(343.698)	350.344

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais

Valor Justo dos Ativos do Plano

30/06/2015			
Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandedprev
174.305	336.559	565	350.343
(2.183.009)	-	(344.263)	-
174.305	336.559	565	350.343
-	-	-	-
(2.183.009)	-	(344.263)	-
152.807	-	22.533	(232)
(132.564)	-	(17.808)	(331)
(1.594.052)	(10.989)	(169.208)	(672)
891.616	98.116	241	120.294

Experiência do Plano

Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto

Ganho (Perda) Atuarial - Ativo

30/06/2015			
Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandedprev
(13.063)	(130)	(589)	(1.293)
(13.063)	(130)	(589)	(1.293)
174.426	65.331	41	45.533
174.426	65.331	41	45.533

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2014:

Planos	Duration (em Anos)	
Banesprev Plano I	11,45	
Banesprev Plano II	11,27	
Banesprev Plano III	8,60	
Banesprev Plano IV	17,34	
Banesprev Plano V	8,92	
Banesprev Pré-75	9,64	
Sanprev I	6,68	
Sanprev II	16,75	
Sanprev III	9,30	
Bandedprev Básico	9,48	
Bandedprev Especial I	6,94	
Bandedprev Especial II	6,80	
SantanderPrevi	7,15	
Meridional	6,65	

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro semestre de 2015, foram de R\$35.821 (2014 - R\$31.887).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: para o plano de assistência médica Aposentadoria SantanderPrevi, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprev, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandedprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandedprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

30/06/2015	
Cabesp	Demais Planos
(5.743.303)	(547.542)
5.343.243	-
(400.060)	(547.542)

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais

Valor Justo dos Ativos do Plano

30/06/2015	
Cabesp	Demais Planos
(400.060)	(547.542)
-	-
(400.060)	(547.542)
23.346	12.329
(37.426)	(29.147)
(394.056)	(125.847)
765.556	-

Experiência do Plano

Mudanças em Hipóteses Financeiras

Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto

Ganho (Perda) Atuarial - Ativo

30/06/2015	
Cabesp	Demais Planos
(2.750)	(578)
(277.900)	-
(280.650)	(578)
511.060	-
511.060	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2014:

Planos	Duration (em Anos)	
Cabesp	13,97	
Lei 9.656/1998	28,69	
Bandedprev	14,51	
Clínica Grátis	11,72	
Diretores Vitalícios	9,81	
Circulares (ii)	13,66 e 10,88	
Seguro de Vida	8,78	

(i) A duração 13,66 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,88 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Instrumentos de Patrimônio	3,0%
Instrumentos de Dívida	93,9%
Bens Imóveis	0,3%
Outros	2,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

30/06/2015	
Aposentadoria	Saúde
10,9%	10,63% (i) e 11,0% (ii)
10,9%	10,63% (i) e 11,0% (ii)
4,5%	4,5%
5,0%	5,0%
AT2000	AT2000

(i) Cabesp e (ii) Demais Planos.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2014:

Sensibilidade	
(+) 1,0%	(-) 1,0%
90.431	(31.406)
797.418	(673.468)

Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais

Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

1.1) Programa Local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

AA AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

AA AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de Compra de Ações

Os planos de compra de ações compostos pelos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

As principais características dos planos de compra de ações são:

Plano SOP: plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

(ii) Planos de Entrega de Ações

Os planos de entrega de ações são compostos pelos Planos de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano PSP: plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Remuneração Variável), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em "Units".

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013	Plano SOP, P112 - PSP		
	SOP 2013	P113 - PSP	P114 - PSP (i)	SOP 2014 (ii)
	% de Ações Passíveis de Exercício			
1º	100%	50%	50%	100%
2º	75%	35%	35%	75%
3º	50%	25%	25%	50%
4º	-	-	-	25%

(i) Associado ao RTA, os 50% remanescentes das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(ii) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	PSP - 2013	P114 - PSP	P113 - PSP	P112 - PSP
Volatilidade	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Probabilidade de Ocorrência	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Taxa Livre de Risco	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

Método de Avaliação

Volatilidade

Taxa de Dividendos

Período de "Vesting"

Momento "Médio" de Exercício

Taxa Livre de Risco

Probabilidade de Ocorrência

Valor Justo para Ações

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) para o período findo em 30 de junho de 2015 é de R\$15,57 (30/06/2014 - R\$15,12).

No primeiro semestre de 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$6.003 (2014 - R\$689), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e despesa de R\$3.768 (2014 - um crédito de R\$4.254), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$1.077 (2014 - R\$1.236) como despesa de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
35.654.230					
Opções Canceladas (P114 - PSP)	(1.536.735)	2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(13.300.678)	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2013)	(804.121)	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(163.544)	2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Concedidas (PSP 2013)	295.957	2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP)	(4.903.768)	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
Opções Exercidas (P114 - PSP)	(180.574)	2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(1.230.303)	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/Dez/2014	13.830.464				
Opções Canceladas (SOP 2013)	(189.057)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013
Opções Canceladas (PSP 2013)	(22.221)	2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(171.296)	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Saldo dos Planos em 30/Jun/2015	13.447.890				
SOP 2014	857.129	14,31	2011	Executivos	26/10/2011
SOP 2013	10.049.567	14,43	2013	Executivos	02/05/2013
PSP 2013	2.541.194	2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;
 - Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
 - Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Banco Santander Espanha;
 - Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e
 - Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da Administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.
- O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Riscos, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Na estrutura organizacional do Banco, a função de Riscos é representada por uma vice-presidência independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência do Banco, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.
- A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:
- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e
 - Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Sua função é a de desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, individualmente ou agrupados por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre dois segmentos de clientes: individualizados e clientes padronizados (gestão estandarizada).

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido e que preparará as análises, encaminhará ao Comitê e fará o acompanhamento da evolução do cliente; e
 - Clientes com gestão padronizada (estandarizada): pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.
- A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.
- O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do Bacen e visando maximizar a criação de valor para os acionistas.

Do ponto de vista econômico, dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital de acordo da regra de Basileia III, o Banco utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com a finalidade de obter uma maior precisão na gestão de risco e alocação de capital entre diversas unidades do Conglomerado Santander, permitindo uma avaliação de desempenho que considera os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Os planos de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de contingência (securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, etc.) necessário para atingir seus objetivos.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfolios* (Baixa probabilidade de inadimplência). Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Perdas e Custo de Crédito

O Banco estima periodicamente as perdas relacionadas ao risco de crédito e as compara com as perdas efetivas realizadas. Análises periódicas de controle são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia quando necessário.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido periodicamente pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre gerenciamento de risco são apresentados a Administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do Conglomerado Santander. Simulações de situações de risco são realizadas para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente. Todas as informações acerca da estrutura e procedimentos de gestão de risco são mantidas pelo Banco Santander à disposição do Bacen e demais reguladores.

Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações financeiras.

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;

- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e

- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco, identifica o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócios e a posição de risco. É definido no plano global de limites de riscos, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico.

Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), este é um documento previamente acordado pelas áreas de negócio que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de mudanças de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito. Esta área é formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado FEVE (Firmas sob Vigilância Especial) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política.

Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela Auditoria Interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

No caso dos riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

Sua Função e obter uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos "ratios" de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e cartelas, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito

A Diretoria de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco nos segmentos Atacado e Varejo e reporta diretamente à Presidência.

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso, que resultam em um Mapa de Responsabilidades. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Em faixas maiores de atraso e valores mais expressivos, inclusive segmento Atacado, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos ainda mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que são remunerados em função do êxito na recuperação de valores em atraso.

São utilizadas ferramentas estatísticas como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos de clientes e traçar estratégias mais assertivas de recuperação. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes, ajustando os esforços de cobrança, visando à recuperação do negócio e a redução de custos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com menor probabilidade de pagamento são classificados como alto risco e recebem ações de cobrança mais intensas.

Os canais de atuação são definidos conforme mapa de responsabilidade, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor vencido - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias.

Frequentemente são executadas vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim de melhores oportunidades no mercado.

h) Risco Socioambiental

Com base em sua estratégia, nas diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e da autorregulação da Febrabn SARB 14 que dispõem sobre a Responsabilidade Socioambiental de Instituições Financeiras, foi desenvolvida a nova Política de Responsabilidade Socioambiental do Santander (PRSA), aprovada em dezembro de 2014 em Comitê Executivo e Conselho de Administração. A implantação da Política ampliará a inclusão dos aspectos socioambientais nas análises e processos decisórios da organização e trará avanços ao plano de compromissos e resultados de longo prazo, integrados ao negócio.

Além das elaborações da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Resolução traz obrigações relativas à governança do tema na organização. Entre outros aspectos determinou a designação de um executivo responsável pelo cumprimento da PRSA. Para esta atribuição foi nomeado Manoel Marcos Madureira, Vice Presidente de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade. Dentro da estrutura o Banco conta com dois instrumentos principais para inserir a sustentabilidade na sua Governança Corporativa: o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, que assessora o Conselho de Administração na deliberação do tema em nível estratégico; e a Diretoria de Sustentabilidade, responsável por dar apoio técnico às demais áreas no avanço e na execução das suas práticas, além de elaborar e propor estratégias locais. Essa Diretoria é parte da Vice-Presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade, que reporta ao Presidente e, quando necessário, ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração.

Com o objetivo de atender os compromissos assumidos na PRSA, serão desenvolvidas ações ao longo do ano de 2015 envolvendo nas atividades e operações da organização. Estas ações, vão além dos processos de gerenciamento do Risco Socioambiental compoando também uma agenda de estímulo às boas práticas socioambientais envolvendo, clientes, funcionários, fornecedores e sociedade. O Plano de Ação para cumprimento da PRSA, conforme determinação da Resolução, foi aprovado pelas mesmas citadas instâncias máximas da governança do Santander Brasil.

Um de nossos compromissos para o ano de 2015 é a implantação da PRSA de forma progressiva e consistente. O Santander Brasil está preparado para um processo colaborativo de construção, compartilhamento de experiências e resultados com seus principais stakeholders e com o Banco Central do Brasil. Este movimento tornará o Sistema Financeiro Nacional mais sólido e robusto, portanto mais preparado para um novo cenário econômico mundial e seus desafios.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está inserida no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da instituição, alinhada com a nova Resolução CMN 4.327/2014.

Essa Política é aplicada para o Banco de Atacado e, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia monitora as práticas socioambientais dos clientes, enquanto os analistas financeiros do Banco avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. A experiência do Banco mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

Com relação à Gestão Ambiental, com cerca de 50 mil funcionários e mais 30 milhões de clientes, a atividade do Santander Brasil gera consumo relevante de recursos como energia, água e papel. Em todas as suas frentes, o Banco adota estratégias de ecoeficiência, para minimizar impactos ambientais e custos financeiros.

O Banco possui uma Política Ambiental Corporativa que norteia suas ações no tema. Possui, ainda a certificação ISO 14001 em dois prédios administrativos: Torre Santander e Casa 1, ambos em São Paulo além da certificação LEED Gold e Silver no Data Center em Campinas/ SP

Desde 2007, todas as agências construídas ou reformadas são adequadas ao padrão do Manual de Boas Práticas da Construção Civil, criado pelo próprio Banco, que contempla a implantação de itens como captação de água da chuva (capaz de reduzir o consumo em até 50%); telhado branco que diminui a necessidade de ar condicionado; e aeradores e fechamento automático de torneiras (que reduzem o consumo de água).

Energia

O Santander Brasil tem uma meta global de reduzir o consumo de energia elétrica em 20% até 2015, contando a partir de 2011. Em 2014 foi feito um retrofit de aproximadamente 15.000 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, e automação de ar condicionado, entre outros, gerando uma economia de quase 6 milhões de kWh em 2014.

Água

Em 2014 a gestão do consumo de água na Torre Santander incluiu a utilização de sistemas para economizar água, como torneiras automáticas, aeradores, sistema de descarga a vácuo; foi implantada também a monitoração centralizada do consumo de água em todas as agências e edifícios administrativos; o aproveitamento de água de chuva para descarga ou uso técnico (torres de resfriamento) não potável na Torre Santander e em mais de 150 agências da Rede Comercial. No Data Center em Campinas, foi instalada uma sistema com capacidade para armazenar 640 mil litros de água de chuva e eliminou-se o uso de água na refrigeração.

Resíduos

O Banco fez o gerenciamento dos resíduos gerados em suas unidades administrativas destinando-os para reciclagem. Os resíduos orgânicos e não recicláveis são encaminhados para aterro licenciado. Na Torre Santander, os resíduos orgânicos são desidratados, reduzindo o volume em torno de 75%. Em 2014, o Banco deixou de enviar cerca de 100 toneladas de resíduo orgânico para o aterro.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

O Banco pauta a gestão das suas emissões de GEE pela meta global de reduzir em 20% as emissões até o ano de 2015, tendo como base de comparação o ano de 2011.

O acompanhamento dessa meta é feito pela Huella Ecológica, indicador global de ecoeficiência do Grupo Santander.

Desde 2009 o Santander compensa suas emissões de GEE e desde 2006 realiza seu inventário de emissões pelo sistema do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol Brasil), no qual possui certificação máxima. O Banco realiza ainda a compensação de suas emissões de GEE, responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) e tem compromissos e metas de redução assumidas publicamente no Pacto Global. O Banco ainda estimula a sociedade a reduzir e compensar suas emissões, por meio do Programa Reduza e Compense CO2, plataforma online com dicas de redução, que permite que cada pessoa calcule e compense suas emissões com a compra de créditos de carbono.

Risco Socioambiental de Fornecedores

O Santander Brasil encerrou o ano com cerca de 1.400 fornecedores ativos, entre os quais se destacam empresas do setor de segurança, transporte de valores, tecnologia e Call Center. Esses fornecedores são respaldados nos contratos do Banco por cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global - iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007.

Além do processo de homologação, no qual os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, o Banco também possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF).

Transparência

Anualmente, publicamos nosso Relatório Anual que reúne informações econômicas, sociais, ambientais e de governança sobre o Santander Brasil entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2014. O material segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) - versão G4, no modelo "abrangente" de relato. Além da GRI, apresenta as diretrizes estabelecidas pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abraça), da norma AA1000SES (AA1000SES Stakeholders Engagement) e a partir de 2014 passou a incorporar algumas diretrizes do primeiro framework de relato integrado estabelecido pelo IIRC (International Integrated Reporting Council). Este relatório passa por processo de asseguaração emitido por auditoria independente.

I) Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/i.

36. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Banco Central (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integrou o capital social da Super em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander tem o controle desta sociedade.

b) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (Atual Denominação Social da Santander Getnet)

Em 31 de julho de 2014 foi concluída a aquisição da Getnet, anunciada em 4 de abril de 2014.

Nas AGEs de 31 de agosto de 2014, os acionistas das Companhias aprovaram a incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014.

Pelo Protocolo, a Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R\$42.895, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em todos os seus direitos e obrigações (Incorporação). Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet eram de propriedade da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A., não houve aumento do capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil. As vantagens da nova estrutura são maior flexibilidade na gestão do negócio com nova abordagem comercial mais completa e aumento da alavancagem operacional com ganhos de escala.

A Incorporação se deu com base no Balanço de 31 de julho de 2014, especialmente elaborado para fins da Incorporação e as variações patrimoniais verificadas entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014 foram apropriadas pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Julho de 2014

	272.491	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	396.205
Disponibilidades	21.720	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.574
Outros Créditos	247.388	Obrigações por Empréstimos	169.702
Outros Valores e Bens	3.383	Outras Obrigações	221.929
Ativo Permanente	166.609	Patrimônio Líquido	42.895
Investimentos	6.129		
Imobilizado	99.674		
Intangível	60.806		
Total	439.100	Total	439.100

c) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 17 de julho de 2014, o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Banco Central, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas afiliadas para a oferta de crédito consignado no Brasil. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

d) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco adquiriu uma participação de 50% no capital social da iZettle Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240.

Em 31 de julho de 2014, o Banco contribuiu a totalidade de sua participação na iZettle Brasil ao capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Nota 14).

A iZettle Brasil atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

e) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 17 de julho de 2014, os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, assinaram um novo Acordo de Acionistas da TecBan ("Novo Acordo de Acionistas"). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento ("TAA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

f) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Nova Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
PRESIDENTE Sergio Agapito Lires Rial	VICE-PRESIDENTE Jesús María Zabalza Lotina	CONSELHEIROS Conrado Engel José Antonio Alvarez Alvarez José de Paiva Ferreira José Maria Nus Badía*	CONSELHEIROS INDEPENDENTES Álvaro Antônio Cardoso de Souza Celso Clemente Giacometti Marília Artimonte Rocca Viviane Senna Lalli
*Pendente de homologação do BACEN			
DIRETORIA EXECUTIVA			
DIRETOR PRESIDENTE Jesús María Zabalza Lotina			
DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS SENIORES			
Conrado Engel		José de Paiva Ferreira	
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES			
Angel Santodomingo Martell			
DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS			
Antonio Pardo de Santayana Montes Carlos Rey de Vicente Ignacio Dominguez-Adame Bozzano		João Guilherme de Andrade So Consiglo Juan Sebastian Moreno Blanco Manoel Marcos Madureira	
Oscar Rodríguez Herrero Vanessa de Souza Lobato Barbosa			
DIRETORES EXECUTIVOS			
Fernando Díaz Roldán Jose Alberto Zamorano Hernandez		José Roberto Machado Filho Maria Eugênia Andrade Lopez Santos	
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA			
Amancio Acúrcio Gouveia Ana Paula Nader Alfaya Cassio Schmitt Cassius Schymura Ede Ilson Viani Eduardo Müller Borges Flávio Tavares Valadao		Gilberto Duarte de Abreu Filho Jamil Habibe Hannouche Javier Rodriguez de Colmenares Alvarez Jean Pierre Dupui Luiz Felipe Taunay Ferreira Mara Regina Lima Alves Garcia Marcelo Zerbinatti	
		Marcio Aurelio de Nobrega Mário Adolfo Libert Westphalen Mauro Cavalcanti de Albuquerque Mauro Siequeroli Nilton Sergio Silveira Carvalho Ramón Sanchez Diez Reginaldo Antonio Ribeiro	
		Roberto de Oliveira Campos Neto Ronaldo Yassuyuki Morimoto Sergio Antonio Borrielo Sérgio Gonçalves Thomas Gregor Ilg	
CONTADOR			
Andre Miguel do Nascimento - CRC 1SP191241/O-8			
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES			

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Santander (Brasil) S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual do Banco Santander (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizzera de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander ("Santander") foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S/A, instituição líder do Conglomerado, e atua, como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive a sociedade de capitalização e a entidade aberta de previdência complementar.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente e na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2015. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises, a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entende necessários. O relatório semestral das atividades e as atas das reuniões, com seus anexos, são regularmente enviadas ao Conselho de Administração, com o qual reuniu-se em 29 de janeiro e 28 de julho de 2015.

O Comitê de Auditoria também atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências mantendo, durante o semestre, reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Com o objetivo de cumprir com as atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria, o Coordenador, por delegação e indicação dos membros, participa como convidado ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais e Ocorrências Especiais e do Comitê Local de Comercialização de Produtos - CLC e, como membro efetivo eleito, do Comitê de Riscos do Conselho de Administração.

No semestre, o Comitê de Auditoria acompanhou e avaliou:

- (i) o contrato de investimento celebrado entre o Banco Santander (Brasil) S/A, em conjunto com sua subsidiária integral a Aymoré CFI S/A, e o Banco Bonsucesso S/A para a criação do Banco Bonsucesso Consignado S/A, do qual o Banco Santander (Brasil) S/A tornou-se acionista controlador, com 60% de participação acionária.
- (ii) a decisão do Supremo Tribunal Federal-STF, favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A, que resultou na reversão das provisões constituídas para cobrir as obrigações legais relativas à COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social);
- (iii) o incremento de provisões, com o objetivo de reforçar o balanço patrimonial, tema objeto de fato relevante de 03 de junho de 2015.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I- Demonstrações Financeiras

BRGaap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições, sociedade de capitalização e de previdência complementar que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do fechamento dos resultados do primeiro semestre de 2015 e reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

IFRS - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisou as Demonstrações Financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

II- Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Superintendência Executiva de Riscos Operacionais, Superintendência Executiva de Compliance e Vice Presidência Executiva de Riscos, principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, as denúncias de fraudes e erros, canalizadas pela área de Segurança e Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Lei Sarbanes Oxley-SOX e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S/A e da Evidence Previdência Privada, relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

III- Responsabilidade Socioambiental

O Comitê de Auditoria analisou e acompanhou o estabelecimento e a implantação da Política de Riscos Socioambiental-PRSA, de acordo com a resolução CMN 4.327/14, do Banco Central do Brasil, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração. Apreciou, também, o trabalho de Asseguração Limitada, com foco nos temas de Sustentabilidade tratados no Relatório Anual de 2014, realizado pela auditoria independente.



IV- Auditoria Interna
O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2015; em outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho da Auditoria Interna para 2015, verificou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "A melhor" ou "Insatisfatório". Realizou também, a avaliação de desempenho da Auditoria Interna, cujo resultado é discutido com o Diretor Executivo de Auditoria, em reunião específica.

V- Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento e execução dos trabalhos de auditoria, bem como pela emissão do correspondente relatório de auditoria e de revisões especiais trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado deste trabalho, a Auditoria Independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09 e Lei Sarbanes Oxley-SOX.

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2015. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2015, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos.

O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela Deloitte para realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

VI- Ouvidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010 e Resolução 279/13 da SUSEP, que dispõem sobre as Ouvidorias em Instituições Financeiras, Sociedades de Capitalização e Previdência Privada, foram executados trabalhos específicos no primeiro semestre de 2015, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. O correspondente relatório exigido pela Resolução CMN 3.849/2010, a ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, será apreciado em reunião agendada para agosto de 2015.

VII- Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se as reuniões com as seguintes áreas:

- i. Jurídico Contencioso: atualização da situação e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e seu tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios;
 - ii. Jurídico Societário: apreciação do Formulário de Referência e apreciação e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração do relatório 20F;
 - iii. Diretoria de Compliance: Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas, aspectos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), Lei Anticorrupção e aprimoramento da qualidade do cadastro;
 - iv. Diretoria de Finanças: processo de implantação dos requerimentos de Basileia, Relações com Investidores, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital;
 - v. Vice Presidência Executiva de Riscos: atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento;
 - vi. Vice-Presidência Executiva da Rede Comercial: atualização sobre os processos envolvendo reclamações de clientes e apontamentos da auditoria interna;
 - vii. Diretoria de Negócios de Recuperação: atualização sobre os processos de renegociação de dívidas e de gestão da carteira de inadimplentes.
- No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do mesmo e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são adequados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, para o período findo em 30 de junho de 2015, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. Comitê de Auditoria

São Paulo, 29 de julho de 2015

Celso Clemente Giacometti

Elidie Palma Bifano

Graham Charles Nye - Especialista Financeiro

René Luiz Grande - Coordenador